



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 026/13

Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado.”

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET.”

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado.”

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.”

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo.”

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor.”

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.”

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art.10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente





Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 05/13

**Altera a redação do art. 106 da
Resolução nº 1/05.**

Art. 1º O art. 106 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 106 As questões de ordem serão registradas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente, bem como publicadas na atividade parlamentar constante no site oficial da Assembleia Legislativa.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2013.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 45/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 9º e 10, da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de no mínimo 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas/aula.

Art. 10 O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno.

§º 1º O curso de Habilitação específico obedecerá aos seguintes preceitos para a distribuição de vagas:

I – Metade das vagas será preenchida por: Subtenente ou Primeiro Sargento, que tenham concluído ao mínimo o ensino médio e com o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);

II – Outra metade das vagas será preenchida por: Primeiro Sargento (sem o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Segundo Sargento, Terceiro Sargento,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador


Cabo e Soldado, todos estes graduados em curso de nível superior.

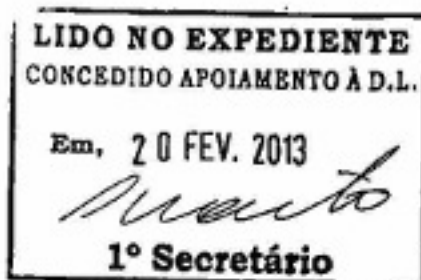
§ 2º O candidato à Primeiro Sargento deverá especificar em sua inscrição a opção a que concorrerá ao concurso interno.

§ 3º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 – Músico, a matrícula no Curso de Habilitação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de fevereiro de 2013,

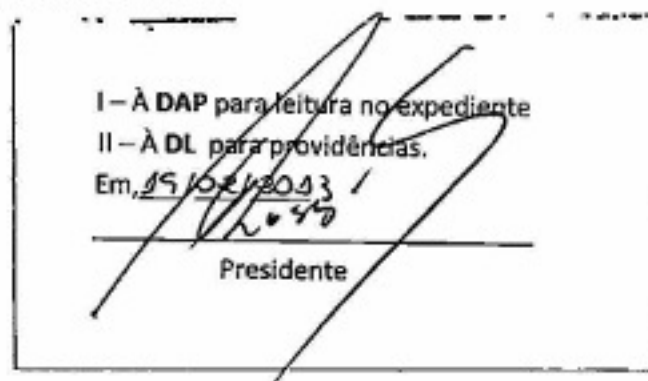

CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM

Nº 010/2013

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos artigos 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, que instituiu o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar – QEOPM.

A Polícia Militar do Paraná se encontra estruturada em seu quadro de pessoal da ativa dividido em dois quadros específicos para Oficiais, sendo estes os combatentes e não combatentes, os quais ainda se subdividem, conforme a Lei nº 16.575/2010:

“Art. 54. O pessoal da Polícia Militar compõe-se de:

I – Pessoal da Ativa:

a) Oficiais Combatentes, constituindo-se os seguintes quadros:

- 1 – Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM);***
- 2 – Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares (QOBM);***

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.175.677-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

b) *Oficiais não Combatentes, constituindo-se os seguintes quadros:*

1. *Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) compreendendo: Oficiais Médicos; Oficiais Dentistas; Oficiais Veterinários; e Oficiais Bioquímicos.*

2. *Quadro de Oficiais Músicos (QOM);*

3. *Quadro de Oficiais de Administração (QOA);*

4. **Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM);**

5. *Quadro de Capitães Policiais-Militares (QCPM);*

(...)" (grifo nosso)

O Quadro de Oficiais não Combatentes possui em sua previsão o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) que, conforme definição da própria Lei nº 15.349/2006, é o auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos Quadros de Organização da PMPR, respeitadas as limitações de sua natureza legal e constitucional, sendo estes oriundos das praças da Corporação.

Ocorre que, com a edição da referida Lei 15.349/2006 e sua consequente aplicação, foram verificadas algumas distorções no que tange ao aspecto de respeito a antiguidade das praças dentro da Corporação e outra com respeito a metodologia da duração do Curso de Habilitação específico, que prevê atualmente dois anos.

Quanto ao Curso de Habilitação específico fora determinado que o ingresso dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior, o que trouxe uma injustiça com os graduados mais antigos, relegando aos mesmos a concorrer com praças que possuem ao mínimo 5 anos de serviço e que não tem sequer metade da trajetória dos mesmos dentro da Corporação, não sendo privilegiado e respeitada em momento algum a história e a contribuição dos mesmos dentro da PMPR.

Com esta medida, criou-se ainda um descrédito na ascensão a carreira das praças, banalizando-se os cursos para as demais graduações, perdendo-se o interesse para com a realização de Cursos de Formação de Cabos e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sargentos, pois o acesso ao Curso de Habilitação específico para o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar se torna uma via mais fácil de acesso ao Oficialato, deixando para segundo plano a busca no conhecimento e melhoria dentro da carreira policial militar.

Quanto a metodologia da duração do Curso de Habilitação específico, que prevê atualmente dois anos, entendemos que o mesmo deve se amoldar às ordens e orientações do Ministério da Educação e Cultura, que orienta que todos os cursos devem ser mensurados pela sua carga horária e não pelo seu período de duração, e ainda com esta rigidez de duração por período e não por horas/aula, prejudica futura modernização na grade curricular que poderá sofrer o Curso de Habilitação específico, tendo em vista a dinamização e globalização que ocorre socialmente no Brasil e no mundo.

O anteprojeto de lei ora proposto objetiva resgatar o respeito e privilégio às praças mais antigas, destinando-se aos mesmos metade das vagas a serem dispostas no processo de seleção ao Curso de Habilitação específico, deixando para a outra metade as demais praças da Corporação que possuam formação em curso superior, critério mínimo de acesso ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 15349 - 22 de Dezembro de 2006

Publicado no Diário Oficial nº. 7375 de 22 de Dezembro de 2006

(vide ADIN 4221-1)

Súmula: Extingue, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), cria o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica extinto na Polícia Militar do Paraná o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), criado pela Lei nº 4.855, de 30 de março de 1964.

Art. 2º. Fica criado, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), constituído, inicialmente, pelos integrantes do extinto Quadro de Oficiais de Administração que optarem pela transferência.

§ 1º. Aos Oficiais integrados ao QEOPM ficam assegurados os direitos e prerrogativas dos postos que ocupam.

§ 2º. Os mesmos direitos e prerrogativas são assegurados aos Oficiais integrantes da corporação que apresentarem o certificado de conclusão do Curso de Oficiais de Administração até a data de 30 de dezembro de 2007.

Art. 3º. O Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar será assim constituído:

I - 01 Coronel;

II - 02 Tenentes-Coronéis;

III - 04 Majores;

IV - 13 Capitães;

V - 25 Primeiros-Tenentes; e

VI - 75 Segundos-Tenentes.

Art. 4º. Os Oficiais do extinto QOA que optarem pelo ingresso no QEOPM serão transferidos no mesmo posto ocupado na data da transferência.

§ 1º. O direito de opção deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, mediante requerimento dirigido ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2º. O Oficial que optar em continuar no extinto QOA permanecerá no mesmo posto ocupado, sem direito à promoção, e será classificado segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço.

§ 3º. O Quadro de Oficiais de Administração (QOA) permanecerá em processo de extinção até



que o último de seus integrantes exerça o direito de opção previsto neste artigo ou seja transferido para a inatividade, nos termos da Lei.

Art. 5º. O QEOPM é auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos Quadros de Organização da Polícia Militar, respeitadas as limitações de natureza legal e constitucional.

Art. 6º. Os Oficiais do QEOPM tem os mesmos deveres, direitos, prerrogativas e vencimentos dos demais Oficiais da Corporação.

Art. 7º. As promoções no QEOPM serão regidas pelos princípios e dispositivos da Lei de Promoções de Oficiais vigente na Polícia Militar.

Art. 8º. A promoção ao posto de Major QEOPM fica condicionada à conclusão e aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) regular, ao qual somente poderão concorrer os Capitães QEOPM graduados em curso de nível superior.

Art. 9º. O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de 2 (dois) anos.

Art. 10. O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior.

§ 1º. Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) anos, a contar da vigência da lei em que se deu esta alteração, os Subtenentes e Primeiros Sargentos que tenham concluído o ensino médio e realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) poderão participar do concurso seletivo interno para o Curso de Habilitação descrito no artigo anterior.

§ 2º. É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 - Músico, a matrícula no Curso de Habilitação.

Art. 11. São requisitos básicos para se candidatar ao Curso de Habilitação:

I - ter, no mínimo, cinco anos de serviço prestados à Corporação como Praça;

II - estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM e não ter sofrido punição de natureza grave nos últimos cinco anos, até a data prevista para o início do curso;

III - possuir conduta social, familiar, moral e profissional que não colida com as atribuições e deveres impostos aos Oficiais da Polícia Militar;

IV - ter conceito profissional favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, homologado pelo Comandante-Geral da Corporação;

V - não estar submetido à Conselho de Disciplina;

VI - não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

VII - não estar respondendo à processo criminal comum ou militar, por crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória decretada até o início do curso.

Art. 12. A seleção para o Curso de Habilitação será composta por exame intelectual, exame de saúde - compreendendo exames clínicos, laboratoriais e psicopatológico, e teste de aptidão física.

Parágrafo único. Compete ao Comandante-Geral baixar as instruções para a seleção, ingresso, funcionamento e condições de aprovação do Curso, bem como a fixação do limite de matrículas,



de acordo com o número de vagas existentes.

Art. 13. O Curso de Habilitação poderá funcionar anualmente, sendo que o concurso de admissão será válido somente para o respectivo curso a que se referir a inscrição.

Art. 14. Os aprovados no Curso de Habilitação o realizarão na condição de aluno e serão promovidos ao posto de Segundo-Tenente QEOPM, permanecendo adidos ao respectivo Quadro em caso de inexistência de vagas.

Parágrafo único. Fica vedado o direito de transferência para a reserva remunerada, a pedido, num período de dois anos, contados da data da promoção ao posto de Segundo-Tenente QEOPM.

Art. 15. O efetivo da Polícia Militar do Paraná fixado na lei nº 14.960 de 21 de dezembro de 2005, fica aumentado em 07 vagas.

Art. 16. As vagas constantes do artigo anterior serão distribuídas pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1-Oficiais e 2-Praças desta Lei.

Art. 17. O inciso I, do art. 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais), passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Curso:

a) Aperfeiçoamento de Oficiais, para promoção ao posto de major combatente ou do Quadro Especial; e

b) Superior de Polícia, para promoção ao posto de coronel combatente ou do Quadro Especial;"

Art. 18. Caberá ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, editar decreto regulamentando o novo Quadro de Organização da Polícia Militar, a ser proposto pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 19. Em caráter de disposição transitória, a promoção dos Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração ao posto de Major QEOPM, fica condicionada à conclusão e aprovação em Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE), cuja grade curricular, carga horária e demais condições de funcionamento serão baixadas pelo Comandante-Geral no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial será realizado uma única vez, a iniciar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, e poderá ser freqüentado somente por Capitães e Primeiros-Tenentes do extinto QOA, graduados em curso de nível superior, sendo que os Primeiros-Tenentes deverão possuir um mínimo de 2 (dois) anos de promoção neste posto.

§ 2º. Os Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração (QOA), independentemente do direito de opção estabelecido no art. 4º, serão classificados segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço, sendo-lhes aplicável o disposto no caput do art. 5º somente após a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE) ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de dezembro de 2006.

Roberto Requião
Governador do Estado

Luiz Fernando Ferreira Delazari
Secretário de Estado da Segurança Pública



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 045/2013.

Projeto de Lei nº 045/2013.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 010/2013.

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

EMENTA: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 9º E 10 DA LEI ESTADUAL Nº 15.349/2006 QUE INSTITUI O QUADRO ESPECIAL DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os artigos 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349 de 22 de dezembro de 2006 que Institui o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Tais alterações visam resgatar o respeito e o privilégio das praças mais antigas, destinando-se, aos mesmos, metade das vagas a serem dispostas no processo de seleção ao Curso de Habilitação específico, deixando para a outra metade as demais praças da

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

[Assinatura]
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corporação que possuam formação em curso superior, critério mínimo de acesso ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente da Polícia Militar, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grifo nosso)
(...)
III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (Grifo Nosso).

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

(...)

Ademais a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, de forma análoga, assim determina no art. 61, § 1º, II, c:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Corroborando com esse entendimento, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já decidiu da seguinte forma:

ADI 882 / MT - MATO GROSSO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA
Julgamento: 19/02/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

EMENTA: LEI COMPLEMENTAR 20/1992. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL ESTADUAL. AUTONOMIA FUNCIONAL E FINANCEIRA. ORÇAMENTO ANUAL. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE NO CONTROLE ABSTRATO. PRERROGATIVA DE FORO. EXTENSÃO AOS DELEGADOS. INADMISSIBILIDADE. DIREITO PROCESSUAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. AFRONTA AO MODELO FEDERAL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

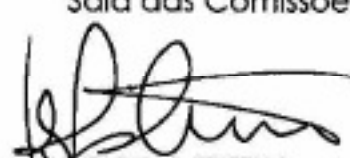
Deste modo, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.


Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 26 de Fevereiro de 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO

unanimemente 05.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 45/13

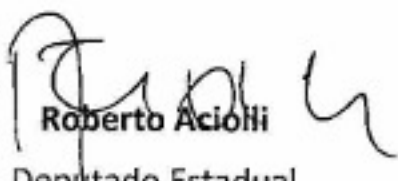
Em exame o Projeto de Lei nº 45/13, Mensagem nº 010/13, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349/2006, que extingue na Polícia Militar do Paraná o quadro de Oficiais de Administração e cria o quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 13/03/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo



Emenda de Plenário nº	01
DAP	10 ABR 2013
Visto	<i>Eládio</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 45/2013

A presente emenda visa modificar a redação do Projeto de Lei 45/13, oriundo da Mensagem Governamental 010/13, o qual altera dispositivos da Lei 15.349, de 23 de dezembro de 2006 – Instituição do QEOPM, Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A emenda modifica a redação do inciso II do § 1º e do § 2º, ambos do art. 10, da Lei Estadual nº 15.349/2006, a qual está sendo alterada pelo presente projeto. Desta maneira, o projeto passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Os artigos 9º e 10, da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de no mínimo 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas/aula.

Art. 10 O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno.

§ 1º O curso de Habilitação específico obedecerá aos seguintes preceitos para a distribuição de vagas:

I – Metade das vagas será preenchida por: Subtenente ou Primeiro Sargento, que tenham concluído ao mínimo o ensino médio e com o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);

II – Outra metade das vagas será preenchida por: Primeiro Sargento (sem o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado, todos estes com curso de nível superior.

§ 2º O candidato Primeiro Sargento deverá especificar em sua inscrição a opção a que concorrerá ao concurso interno.

§ 3º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 – Músico, a matrícula no Curso de Habilitação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Sala das Sessões, 10 de abril de 2013.

[Assinatura]
Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

[Assinatura]
ADELINO

[Assinatura]
ADILIO

[Assinatura]
ELIO
[Assinatura]
ROSE

15:08 10/04/2013 003811 Nº 0000110 LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo



Justificativa:

A emenda apresentada ao inciso II se faz necessária, pois a redação original contempla apenas quem tem curso de graduação. Dessa forma, é justo contemplar todos os que tenham nível superior, independentemente do curso ser de graduação ou não.

Da mesma forma, é de extrema importância a emenda apresentada ao § 2º, pois o erro formal existente acaba levando a interpretações erradas. Na verdade trata-se de uma emenda corretiva, porque não se trata de candidatura à Primeiro Sargento mas sim ao Curso de Habilitação. O § 2º que garantir que o candidato que ocupa o posto de Primeiro Sargento possa optar entre as formas dos incisos I e II para ingressar no Curso de Habilitação.



Emenda de Plenário nº	02
DAP	10 ABR. 2013
Visto	<i>Ilanaide</i>



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda supressiva ao PL 45-2013

Sumula: suprime o § 3º do artigo 10 no PL 45-2013, que altera a Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 1º Fica suprimido o § 3º do artigo 10º no PL 45/2013 que altera a Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

Plenário das Sessões, 10 de abril de 2013.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep. Enio Verri

Dep. Luciana Rafagnin

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Elton Welter

Toninho Wandscheer

Dep. Péricles de O. Mello

Dep. Prof. Lemos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 45/2013

Emenda de Plenário nº	03
DAP	10 ABR 2013
Visto	<i>[Assinatura]</i>

A presente emenda **ADITIVA** ao Projeto de Lei, de Autoria do Poder Executivo que altera dispositivo da Lei n. 15.349/2006, visa acrescentar ao final do Art. 9º a seguinte redação:

Art. 9º. (...), prevalecendo para fins de antiguidade relativa no primeiro posto á ordem de antiguidade da graduação anterior à data da promoção.

Sala das Sessões, 10 de Abril 2013.


GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual

3º. Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 45/13

Projeto de Lei nº 45/2013

Autor da emenda modificativa nº 01 - Deputado Ademar Traiano.

Autor da emenda supressiva nº 02 - Bancada do PT

Autor da emenda aditiva nº 03 - Deputado Gilson de Souza

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

EMENTA: EMENDAS DE PLÊNARIO. OBJETIVAM ALTERAR O PROJETO DE LEI. EMENDA N. 01. MODIFICA A REDAÇÃO DO INCISO II DO § 1º E DO § 2º, AMBOS DO ART.10 DA LEI Nº 15.349/2006. POSSIBILIDADE. ART. 137, § 4º DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. EMENDA N. 2. SUPRIME O § 3º DO ART. 10 DA LEI Nº 15.349/2006. ART. 137, § 1º DO RI DA ALEP. POSSIBILIDADE. EMENDA N. 03. ACRESCENTA REDAÇÃO AO ART. 9º DA LEI Nº 15.349/2006. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE APOIAMENTO. ART. 139 DO RI DA ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS Nº. 01 E 02. NÃO APROVAÇÃO DA EMENDA Nº 03.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os artigos 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349 de 22 de dezembro de 2006 que Institui o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Tais alterações visam resgatar o respeito e o privilégio das praças mais antigas, destinando-se, aos mesmos, metade das vagas a serem dispostas no processo de seleção ao Curso de Habilitação específico, deixando para a outra metade as demais praças da Corporação que possuam formação em curso superior, critério mínimo de acesso ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu emendas. Por esta razão é que as referidas emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as quatro emendas foram propostas em 2ª Discussão na Sessão Plenária, em data de 03 de abril, apoiadas por cinco Deputados.

Emenda nº 01 - Deputado Ademar Traiano

A emenda nº. 01, em síntese, pretende modificar a redação do inciso II do § 1º e do § 2º, ambos do art. 10 da Lei Estadual nº 15.349/2006.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emenda ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, conforme §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, **mas não descaracteriza sua essência.**

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º **Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desa forma, verifica-se que a presente emenda de Plenário, n.º 01, deve ser aprovada, uma vez que está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, bem como obedece à técnica legislativa.

8

Emenda supressiva nº 02 – Deputados Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Enio Verri, Prof. Lemos e Elton Velter.

A emenda n. 02, em síntese, visa suprimir o § 3 do art. 10 da Lei Estadual nº 15.349/2006.

8

O Regimento Interno, em seu art. 137, § 1º prevê a possibilidade de emenda ao projeto de lei a fim de erradicar parte de outra, conforme segue:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º. Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, verifica-se que a presente emenda de Plenário, n.º 02, deve ser aprovada, uma vez que está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, bem como obedece à técnica legislativa.

Emenda Aditiva nº 03 – Deputado Gilson de Souza

A emenda n.º. 03, em síntese, pretende acrescentar redação ao Art. 9º da Lei Estadual nº 15.349/2006.

Todavia, o Regimento Interno, em seu art. 139, prevê que as emendas deverão ser apoiadas, conforme adiante transcrito:

Art. 139. As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

(grifos nossos)

Assim sendo, a presente emenda não confere com os ditames previstos, haja vista ausente o apoio dos demais Deputados, não merecendo prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se:

1. Pela **APROVAÇÃO** das Emendas nº 01 E 02 em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

2. Pela **NÃO APROVAÇÃO** da Emenda nº. 03 por não estar de acordo com o que preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

1604.13 *Opinião*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 2

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 ABR. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 168/2012

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar do Município de Rolândia.

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar do Município de Rolândia.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 02 de abril de 2012.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

A Organização Missão Restaurar de Rolândia é uma organização filantrópica, sem fins lucrativos, foi fundada em 26 de março de 2007, com sede na rua das Palmas, 56, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Rolândia, Estado do Paraná.

Tem por objetivo o trabalho de inclusão social, promoção e re-inserção social; a promoção da pessoa humana, se da através da formação de moral e cívica, do ensino profissionalizante e de outros meios.

Sua diretoria não pode ser remunerada, conforme consta dos estatutos nos artigos 51 e 52 e nem a sua arrecadação pode ser dividida entre os seus membros.

Em anexo encontra-se o relatório das atividades do ano de 2011 e documentos como CNPJ, RAIS e outros exigidos pela Lei

Por essas razões peço o apoio dos demais pares desta Casa, para a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 168/2012

Projeto de Lei nº. 168/2012
Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ORGANIZAÇÃO MISSÃO RESTAURAR NO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, com sede e foro no Município de Rolândia.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ORGANIZAÇÃO MISSÃO RESTAURAR**, com sede e foro no Município de Rolândia, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONF. LEGISLATIVA
Pág. 57

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, tendo em vista que encontra-se ausente o foro da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



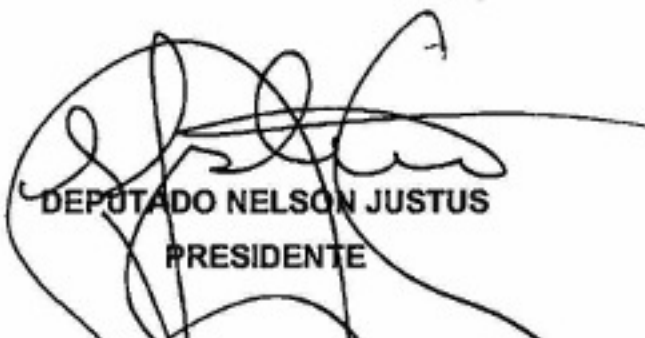
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 09 de Abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.04.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



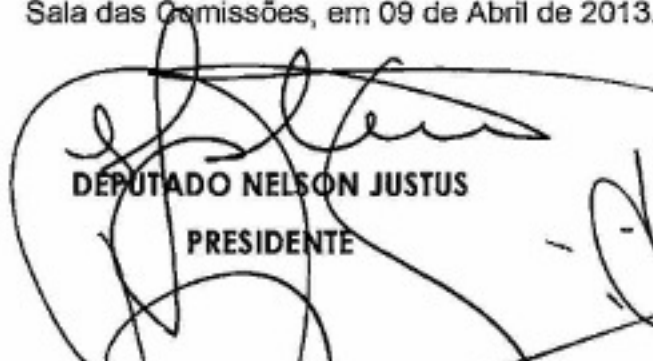
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 168/2012

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado a Súmula e o Artigo 1º do Projeto de Lei nº 168/2012, passando a contar com a seguinte redação:



"Súmula- *Declara de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar, com sede e foro no Município de Rolândia, Estado do Paraná".*

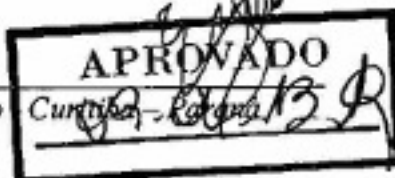
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a *Organização Missão Restaurar*, com sede e foro no Município de Rolândia, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 09 de Abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico



**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador**VETO PARCIAL Nº 10/2013**

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 1º/04/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Publicada no Diário Oficial

Nº 8925 de 26/03/13

Republicada no Diário Oficial

Nº de

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 013/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 844/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, conforme os motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 844/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas no âmbito do Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 7º, que estabelecia o prazo de 12 meses para o início da vigência da lei aprovada.

O não acolhimento ao referido artigo 7º decorre de razões de interesse público, eis que tal dispositivo, caso sancionado, representaria simultaneidade com a regra prevista no artigo 6º, que, com outras palavras, prevê o prazo de cento e oitenta dias para o início da vigência da lei.

A convivência simultânea dos dispositivos ocasionaria grave insegurança jurídica aos destinatários da norma, que não saberiam quando, de fato, a lei começaria a produzir seus efeitos.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

A.J.B/Prot.nº 11.884.236-7

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 ABR 2013

1º Secretário



Lei nº. 17 526



Data 26 de março de 2013.

Súmula Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A fabricação e a comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender aos requisitos dispostos nesta Lei.

Art. 2º Fica estabelecido que, no âmbito do Estado do Paraná, a fabricação de tanque de concreto para a lavagem de roupas deve obedecer ao disposto nas figuras dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Os fabricantes de tanques de concreto para a lavagem de roupas, ao comercializarem o produto, devem disponibilizar para o consumidor final o respectivo manual de instalação, acrescido de regras de segurança.


Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto nº 609, de 23 de julho de 1991, inciso II do art. 23.

Art. 5º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 7º ...Vetado...

Palácio do Governo, em 26 de março de 2013.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Ricardo Barros
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do
Mercosul

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual

ANEXO I

ELIMINANDO OS ACIDENTES COM O TANQUE PROPOSTO

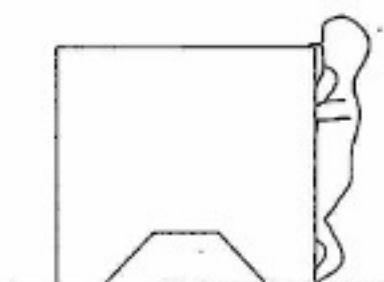
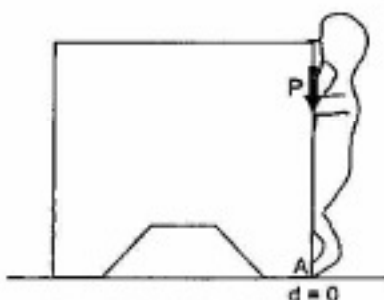


Figura 6 - VISTA LATERAL
Criança se pendurando no tanque.



Criança com 25kg
 $d = 0$

$$M = d \times P$$

$$M = 0 \times 25\text{kg} = 0$$

Figura 7 - VISTA LATERAL
Como a distância d é nula, então
não há produção do MOMENTO M em A , e
o tanque não tombará por este motivo.

AIRTON NOZAWA
Engº civil - CREA 8.215-D

ANEXO II

DETALHES DO TANQUE (SIMPLES) PROPOSTO

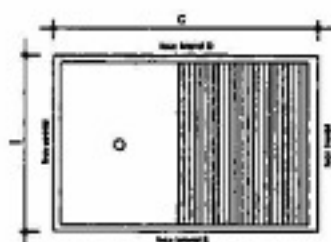


Figura 19 - VISTA SUPERIOR

TANQUE PRÉ-FABRICADO DE CONCRETO

c = comprimento
 l = largura
 h = altura
 e = espessura dos apoios

Obs. Os valores das dimensões estão na forma genérica, pois não influenciam na proposta do projeto.

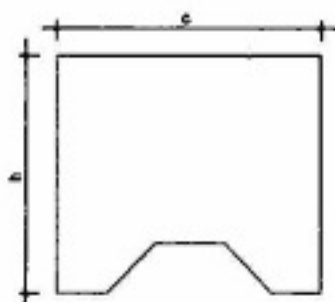


Figura 20 - VISTA LATERAL E

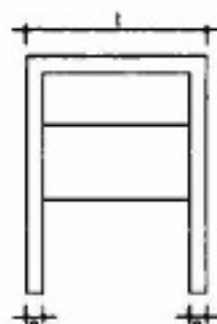


Figura 21 - VISTA FRONTAL

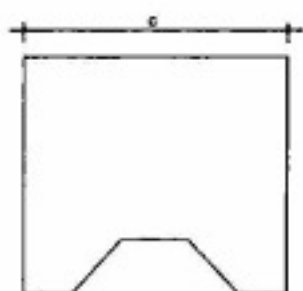


Figura 22 - VISTA LATERAL D

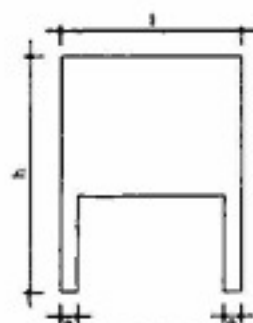


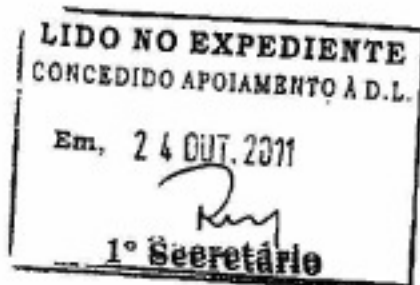
Figura 23 - VISTA OPÓSTA

AIRTON NOZAWA
Engº civil - CREA 8.215-D



D. L.
[Assinatura]

Projeto de
Lei nº 844/2011



Súmula: Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Art. 1º A fabricação e a comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender os requisitos dispostos nesta Lei.

Ca.



Art.2º Fica estabelecido que, no âmbito do Estado do Paraná, a fabricação de tanque de concreto para a lavagem de roupas deve obedecer ao disposto das figuras dos anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Os fabricantes de tanques de concreto para a lavagem de roupas, ao comercializarem o produto devem disponibilizar para o consumidor final o respectivo manual de instalação, acrescido de regras de segurança.

Art.4º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 609/91, no inciso II do art. 23.

Art.5º O descumprimento desta Lei, implicará em infração e multa, a ser lavrada pelo PROCON/PR, variando entre 10 (dez) a 100 (cem) Unidades Fiscais do Paraná - UFP, na primeira ocorrência, que será em dobro no caso de

Ca



reincidência e assim sucessivamente.

Art.6º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

Art. 7º. Os efeitos desta Lei entrarão em vigor 12 (doze meses), contados da sua publicação.

Sala das Sessões, em..... outubro de 2011

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A saúde é o bem mais precioso que tem o ser humano e não se admite que *outrem* a coloque em risco.

Devido a isso, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, o presente Projeto de Lei, que busca normatizar a fabricação e a comercialização de tanques de concreto para a lavagem de roupas.

O tanque de concreto para a lavagem de roupas é um objeto comum e que está presente em grande parte das moradias dos brasileiros, visto sua utilidade para execução de serviços domésticos.

Assim, por ser objeto de grandes préstimos, deve também ser seguro a todos que dele se utilizam ou ainda àqueles que, de uma forma ou de outra, têm acesso ao produto.

Vale ressaltar que o Código de Defesa do Consumidor já trouxe em seus dispositivos que, dentre os direitos básicos do cidadão, está o direito à informação e acesso a produtos que garantam segurança. Vejamos os dispositivos:



Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Com efeito, o PROCON/PR já **foi eleito** para a devida fiscalização desta norma pela Lei de Defesa do Consumidor, senão vejamos a redação do CDC:

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, **baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.**

Ch.



§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Em âmbito estadual, o Decreto 609/91 elencou as competências do PROCON/PR e dentre elas, aquela que determina a fiscalização ao disposto neste Projeto de Lei. Veja-se:

Art.23 À Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor compete:

II – a fiscalização e o controle da produção, industrialização, distribuição e publicidade de bens e serviços e do mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor, na forma da legislação vigente.

Acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei, temos a considerar:

Ch.



Legislar sobre direito do consumidor é permitido ao legislador estadual. Tal afirmativa é colhida do Texto da Carta Constitucional da República do Brasil:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII- responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estéticos, histórico, turísticos e paisagístico;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Pois bem, o Projeto de Lei, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Não há que se dizer que sobre a medida paira qualquer inconstitucionalidade, pois a obrigações a que se referem os art. 4º e 5º do Projeto de Lei, já estão contemplados em normas federais e estaduais, que foram editadas e por iniciativa dos respectivos Poderes Executivos Federal e Estadual.

A



No projeto de lei ora apresentado não se institui nenhuma nova atribuição aos órgãos públicos, mas sim nos dispositivos já existentes.

Por todo o exposto, peço o apoio dos Nobres Deputados desta Assembléia Legislativa no Projeto de Lei que ora apresento, não somente nesta Casa, mas para a sociedade paranaense.


LUÍZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Anexo I

a.



ELIMINANDO OS ACIDENTES COM O TANQUE PROPOSTO

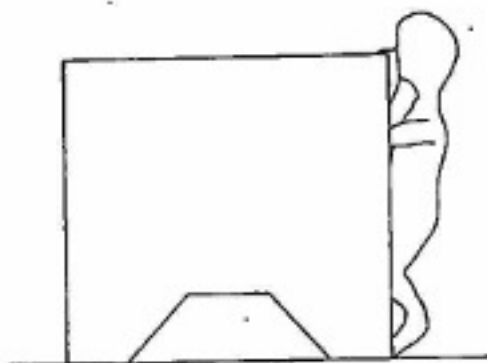
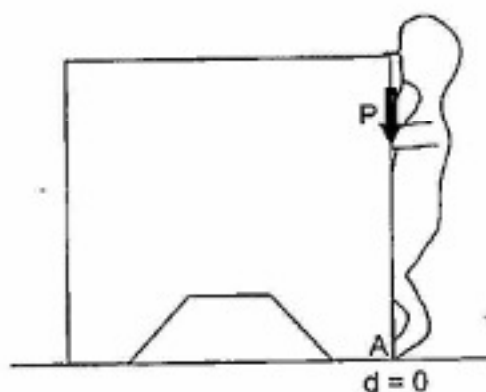


Figura 6 - VISTA LATERAL
Criança se pendurando no tanque.



Criança com 25kg
 $d = 0$

$$M = d \times P$$

$$M = 0 \times 25\text{kg} = 0$$

Figura 7 - VISTA LATERAL
Como a distância d é nula, então
não há produção do MOMENTO M em A, e
o tanque não tombará por este motivo.





ANEXO II

Ch



DETALHES DO TANQUE (SIMPLES) PROPOSTO

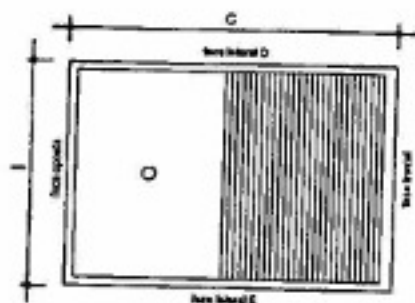


Figura 19 - VISTA SUPERIOR

TANQUE PRÉFABRICADO DE CONCRETO

c = comprimento

l = largura

h = altura

e = espessura dos apoios

Obs. Os valores das dimensões estão na forma genérica, pois não influenciam na proposta do projeto.

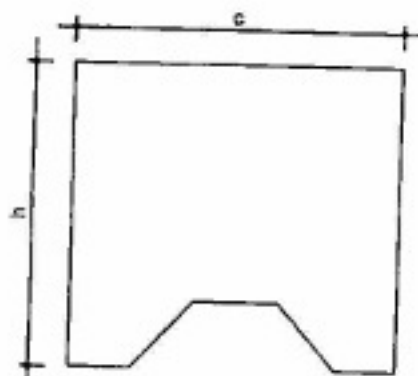


Figura 20 - VISTA LATERAL E

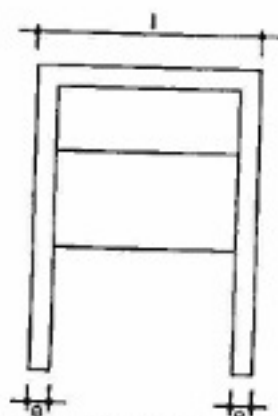


Figura 21 - VISTA FRONTAL

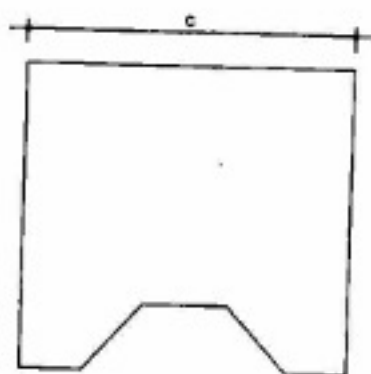


Figura 22 - VISTA LATERAL D

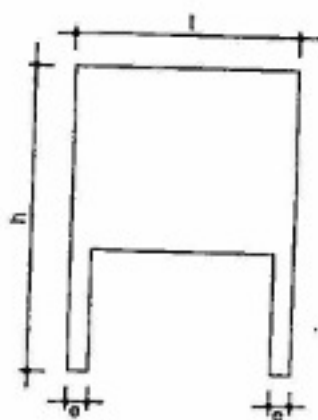


Figura 23 - VISTA OPOSTA

Ch



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 10/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 10/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o projeto de lei nº 844/2011, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 844/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário do interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 844/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 13 de março de 2013, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 10/2013, foi exarada em data de 26 de março de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



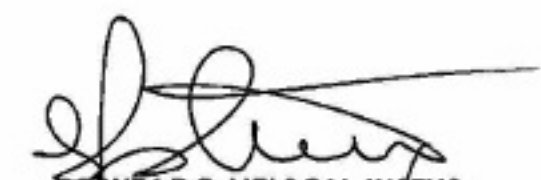
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça








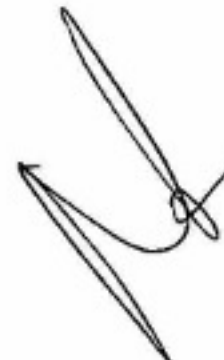
CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR







APROVADO
